



Direito Financeiro

Aula 04

Despesa Pública – Parte I

André Portella



Estrutura do Módulo

1. Definição
2. Classificação
3. Estágios
4. Regime Contábil
5. Restos a pagar
6. Despesas de Exercício anterior
7. Anulação de despesa



Definição

*** Conjunto desembolsos efetuados pelo Estado para satisfazer necessidades, garantir o patrimônio, ou ampliá-lo**

- Aspecto subjetivo: Administração Pública direta indireta e fundacional**
- Aspecto objetivo: recurso financeiro**
- Aspecto operacional: saída de recursos**
- objetivos: satisfazer necessidades, garantir o patrimônio ou ampliá-lo**



Classificação

1. Quanto à previsão orçamentária
2. Quanto à categoria econômica (Lei 4.320/64)



Classificação

1. Quanto à previsão orçamentária

1.1. Orçamentária

1.2. Extraorçamentária

1.3. Intraorçamentária



Classificação

1.1. Orçamentária: integram a LOA, ou as leis dos créditos adicionais



Classificação

1.2. Extraorçamentária:

- a) Recursos de terceiros (depósito, consignação, caução)
- b) Recursos transitórios (ARO)
- c) Recursos já previstos no orçamento anterior (superávit do orçamento corrente)



Classificação

1.3. Intraorçamentária: recursos destinados a entidades da mesma esfera de governo



Classificação

2. Quanto à categoria econômica (Lei 4.320/64, arts. 12 e 13)

2.1. Corrente

2.2. De capital



Despesa Corrente

Custeio

Transferência Corrente

Despesa de Capital

Investimento Público

Inversão Financeira

Transferência de Capital



Classificação

**2.1. Corrente (“despesas produtivas”) –
manutenção funcionamento do Estado.
Não determinam acréscimo do
patrimônio**



Despesa Corrente

a) Custeio – financiamento de serviços anteriormente criados, inclusive obras de conservação e adequação de bens imóveis



- * Pessoa Civil**
- * Pessoal Militar**
- * Material de Consumo**
- * Serviços de Terceiros**
- * Encargos Diversos**



Despesa Corrente

b) Transferência corrente – em favor de entidade pública

b.1. auxílios – derivam da LOA

b.2. contribuições – previstos em lei especial anterior

*** Subvenção – em favor de entidade privada, com ou sem fins lucrativos (subvenção econômica ou social, respectivamente)**



Transferência Corrente

- * **Subvenções Sociais**
- * **Subvenções Econômicas**
- * **Inativos**
- * **Pensionistas**
- * **Salário Família e Abono Familiar**
- * **Juros da Dívida Pública**
- * **Contribuições de Previdência Social**
- * **Diversas Transferências Correntes**



Prova: FCC - 2011 - TCM-BA - Procurador Especial de Contas

(...) juros da dívida pública, as pensões, aposentadorias, subvenções sem encargos e outros pagamentos dos cofres públicos, aos quais não corresponde uma prestação de serviços ou de coisas da parte dos beneficiários.

(Aliomar Baleeiro. Uma introdução à ciência das finanças. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 115)

O conceito acima descrito refere-se à despesa denominada

- a) extraordinária.
- b) inversão financeira.
- c) de investimento.
- d) de custeio.
- e) transferência corrente.



**Prova: FUMARC - 2011 - Prefeitura de Nova Lima
- MG - Procurador Municipal**

...o que são despesas de custeio?

- a) São aquelas relativas aos investimentos, tais como as obras e serviços em regime de programação especial.**
- b) São aquelas relativas às aquisições de bens, tais como imóveis e ações de empresas.**

- c) São aquelas relacionadas com a manutenção da máquina administrativa, tais como as despesas com pessoal e material de consumo.**
- d) São aquelas relacionadas com a amortização da dívida pública, bem como os auxílios para compra de equipamentos e instalações.**





Despesa Corrente

Custeio

Transferência Corrente

Despesa de Capital

Investimento Público

Inversão Financeira

Transferência de Capital



**2.2. De capital (“despesas reprodutivas”)
– ampliam a atuação ou o patrimônio do
Estado**



Despesa de Capital

- a) Investimento Público**
- b) Inversão Financeira**
- c) Transferência de Capital**



Despesa de Capital

a) Investimento Público – ampliação do patrimônio do Estado



Investimento Público

- * Execução de obras**
- * Aquisição de imóveis para execução de obras**
- * Programas especiais de trabalho**



Investimento Público

- * Aquisição de instalações, equipamentos e material permanente (duração superior a 2 anos, art. 15, §2º)**
- * Constituição e aumento do capital social de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro (empresas industriais ou agrícolas)**



Despesa de Capital

b) Inversão financeira – manutenção do patrimônio, ou geração de receita futura



Inversão Financeira

- * Aquisição de imóveis em utilização**
- * Aquisição de títulos representativos do capital social de empresas, ou entidades já constituídas, quando não importe aumento do capital social**



Inversão Financeira

- * Constituição ou aumento do capital social de empresas que visem objetivos comerciais ou financeiros**
- * Constituição de Fundos rotativos**
- * Concessão de empréstimo**
- * Diversas inversões financeiras**



Despesa de Capital

**c) Transferências de capital –
financiamento de despesa de capital de
terceiro**



Transferência de Capital

- * Recursos para investimento ou inversão de outros Entes**
- * Auxílios para despesa de capital – derivam da LOA**



Transferência de Capital

- * Contribuições para despesa de capital – derivam de Lei Especial anterior**
- * Amortização (pagamento do principal) da dívida pública**



Prova: FCC - 2009 - TCE-GO - Técnico de Controle Externo - Área Administrativa

Classifica-se como despesa de capital, na modalidade investimento, e como despesa corrente na modalidade despesa de custeio, respectivamente:

- a) concessão de empréstimos e subvenções sociais e econômicas.**
- b) obras públicas e material de consumo.**
- c) juros da dívida pública e material permanente.**
- d) aquisição de imóveis e constituição de fundos rotativos.**
- e) pagamento de inativos e pagamento de pensionistas.**



Prova: CESPE - 2012 - TCE-ES - Auditor de Controle Externo – Direito

A despesa com a aquisição de um lote para a construção da sede de uma autarquia é classificada como inversão financeira, enquanto as despesas com a construção da sede são classificadas como investimento.

*** Certo * Errado**



Prova: CESPE - 2013 - TRF - 2ª REGIÃO - Juiz Federal

As despesas que caracterizam inversão financeira incluem a dotação para

- a) pagamento de juros da dívida pública.**
- b) aquisição de material permanente.**
- c) amortização da dívida pública.**
- d) obra pública.**
- e) aquisição de títulos representativos do capital de empresas em funcionamento**



Alocação da despesa no Orçamento

- a) “Dotação orçamentária”
- b) “Unidade Orçamentária”
- c) “Elementos de despesa”



Alocação da despesa no Orçamento

a) “Dotação orçamentária”: recurso financeiro alocado



Alocação da despesa no Orçamento

b) “Unidade Orçamentária”: órgão ou repartição aos quais serão alocadas dotações próprias (Art. 14)

*** Excepcionalmente, serão consignadas dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão (Art. 14, parágrafo único)**



Alocação da despesa no Orçamento

**c) “Elementos de despesa”:
desdobramento da despesa com pessoal,
material, serviços, obras e outros meios
(Art. 14, §1º)**





Estágios da despesa Pública

1. Empenho
2. Liquidação
3. Pagamento



*** Definição: ato de formalização do comprometimento de verba para pagamento, pendente ou não de condição**



- * Relevância operacional: reserva de montante para financiar despesa específica**
- * Importante instrumento de planejamento e controle da despesa pública**



*** Vedações:**

- Não pode exceder o limite dos créditos orçamentários**
- Vedação à execução de despesa não empenhada**



*** Cancelamento de Empenho: não realização do serviço ou entrega da coisa pelo contratado**



Nota de empenho: instrumento de formalização do empenho

- Pode, em casos específicos previstos em lei, não ser emitida a nota de empenho, porém deverá ser realizado este por outro meio, p. ex., registro nos sistemas do órgão responsável



Empenho Global: valor total de um pagamento a ser realizado em parcelas



***Empenho por estimativa:* aquele cuja despesa tem um valor total que não se pode determinar com precisão num primeiro momento**



*** Definição: estágio no qual se define o valor a pagar, com todos os seus elementos e comprovações**



* Objetivos:

- Verifica o direito do credor (documentos, inspeções)
- Apura o implemento da condição
- Contrato
- Nota de empenho
- Comprovantes de entrega
- Eventualmente, fiscalização *in loco*



*** “Ordem de pagamento” – efetiva entrega do valor liquidado**



Prova: FCC - 2006 - PGE-RR – Procurador

"O ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição" denomina-se

- a) despesa corrente.**
- b) ordem de pagamento.**
- c) empenho de despesa.**
- d) despesa de capital.**
- e) liquidação da despesa.**



Prova: FCC - 2011 - TCE-SP – Procurador
Está correto o que se afirma APENAS em
A Lei nº 4.320/64 dispõe, expressamente:
I. O empenho de despesa é o ato emanado de
autoridade competente que cria para o
Estado obrigação de pagamento pendente ou
não de implemento de condição.
II. O empenho da despesa poderá exceder o
limite dos créditos concedidos.

III. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.



**Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista
Judiciário - Área Administrativa**
**Apesar de não criar obrigação para o
Estado, o empenho assegura dotação
orçamentária objetivando garantir o
pagamento estabelecido na relação
contratual entre a administração pública
e seus fornecedores e prestadores de
serviços.**

*** Certo**

*** Errado**



Prova: CESPE - 2010 - MS - Economista
Uma despesa pública pode ser paga antes de sua liquidação, mas não antes da emissão do empenho.

*** Certo**

*** Errado**





Regime Contábil da Despesa

*** Espécies de Regime Contábil da despesa**

a) Regime de Caixa

b) Regime de Competência



Regime Contábil da Despesa

- * Despesa Pública: Regime de Competência**
 - Pertencem ao Exercício Financeiro as despesas nele legalmente empenhadas**
 - Despesa empenhada não entra no Exercício posterior**



Restos a pagar

*** Definição: Despesa empenhada mas não paga até 31/12**



Restos a pagar

* Classificação

- a) Processados – empenhados e liquidados
- b) Não-processados – empenhados mas não liquidados



Restos a pagar

*** Cancelamento:**

a) Restos a pagar serão cancelados, caso não sejam pagos até 31/12 do ano posterior à sua previsão orçamentária



Restos a pagar

b) O cancelamento não anula o direito do credor, que só prescreve após 5 anos a partir da inscrição em restos a pagar



Restos a pagar e créditos plurianuais

*** Empenho de créditos plurianuais: despesas a serem realizadas ao longo de mais de um Exercício financeiro só serão computadas em restos a pagar no ano posterior ao do fim da execução**



Despesas de Exercícios Anteriores

*** Definição: despesas que não foram pagas no Exercício de execução da obra ou serviço contratado, ou na forma de restos a pagar**



Despesas de Exercícios Anteriores

*** Causas:**

a) Erro da Administração

b) Compromissos reconhecidos após o encerramento do Exercício (promoção retroativa de servidor; decorrente de obrigação legal)



Despesas de Exercícios Anteriores

c) Insuficiência ou anulação de empenho

d) Pagamento de restos a pagar cancelados



Anulação de Despesa

*** No próprio Exercício: procede-se ao estorno do valor empenhado, revertendo ao saldo da respectiva dotação**



Anulação de Despesa

*** Após o Exercício:**

**a) Quando o valor já tenha sido pago:
“receita orçamentária”**

**b) Quando o valor não tiver sido pago,
estando em restos a pagar: “receita
orçamentária” meramente escritural
(exceção ao regime de caixa da receita)**



Prova: FUMARC - 2011 - Prefeitura de Nova Lima - MG - Procurador Municipal

O jornalista criticou a composição do gasto público, uma vez que a participação dos restos a pagar alcançou 88,3%, quase 10 pontos acima do peso dessa rubrica em igual período do ano passado. Quanto aos restos a pagar, pode-se AFIRMAR que

- a) são as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro.
- b) são as despesas previstas na lei orçamentaria anual, mas que não foram pagas dentro do exercício financeiro.
- c) os restos a pagar referidos na reportagem acima foram gerados pelo Governo da Presidente Dilma Roussef.
- d) os restos a pagar referem-se aos créditos adicionais que foram abertos no exercício anterior por insuficiência de dotação orçamentária.



Prova: CESPE - 2009 - SEAD-SE (FPH) – Procurador

A legislação orçamentária dispõe que os restos a pagar são despesas empenhadas pela administração pública, mas não pagas até o dia 10 de outubro de cada exercício financeiro.

*** Certo *Errado**



Prova: FCC - 2014 - TCE-PI - Auditor Fiscal de Controle Externo

Considere os seguintes dados de execução orçamentária e financeira:

Despesa Empenhada em 2013: R\$ 2.000,00

Despesa Liquidada em 2013: R\$ 1.400,00

Despesa Paga em 2013: R\$ 900,00

No encerramento do ano de 2013, o montante de Restos a Pagar Processados foi, em reais,

- a) 1.100,00.**
- b) 500,00.**
- c) 600,00.**
- d) 2.500,00.**
- e) 1.500,00.**



